

VIDROPORTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Vidroporto S.A.
Porto Ferreira - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vidroporto S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vidroporto S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Desta forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos a seguir, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado

Conforme Notas Explicativas nºs 9.f e 18 às demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada revisam periodicamente as estimativas e premissas, tais como vida úteis e valores residuais, utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a vida útil econômica das máquinas, equipamentos e instalações, base para o cálculo dos encargos de depreciação.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada utilizam premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos impactam de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Dessa forma, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas de vida útil econômica e da determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações.

Avaliamos os julgamentos exercidos pela Companhia e sua controlada e consideramos as premissas utilizadas por elas para determinar a adequação da estimativa de vida útil econômica as máquinas, equipamentos e instalações e do valor residual esperado desses ativos com base nas estratégias e planos de negócios da Companhia e sua controlada. Recalculamos os encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício e o valor residual atribuído no registro inicial do ativo.

Avaliamos a adequação do nível de divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a determinação das estimativas de vida útil econômica e a determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

VIDROPORTO S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	78.217	75.603	92.880	102.247
Contas a receber de clientes	11	144.091	128.840	247.069	176.932
Estoques	12	52.349	35.876	78.300	58.381
Impostos a recuperar	13	51.715	1.061	77.942	28.669
Despesas antecipadas		1.346	650	1.386	997
Instrumentos financeiros derivativos	14	4.654	14.046	4.654	14.046
Outros créditos		1.496	1.539	2.477	4.432
		333.868	257.615	504.708	385.704
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	13	971	962	17.479	17.516
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	4.654	-	4.654
Outros créditos		476	480	476	480
		1.447	6.096	17.955	22.650
Investimentos	16	457.721	410.440	203	203
Imobilizado	17	282.179	224.596	616.602	551.527
Intangível		2	2	2	2
		741.349	641.135	634.762	574.382
Total do ativo		1.075.217	898.750	1.139.470	960.086

Passivo e patrimônio líquido					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	19	26.687	22.184	42.938	39.013
Empréstimos e financiamentos	20	55.035	85.917	65.097	91.442
Debêntures a pagar	21	66.375	40.674	66.375	40.674
Salários, férias e encargos a pagar		8.086	6.625	10.940	9.230
Impostos e contribuições sociais a recolher	22	10.795	14.533	14.552	17.483
Parcelamentos de Impostos	23	3.033	3.033	3.272	3.272
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.b	23.341	12.439	23.341	12.439
Outras contas a pagar		392	516	980	1.148
		193.744	185.921	227.495	214.702
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	-	13.935	4.159	28.518
Debêntures a pagar	21	305.045	229.507	305.045	229.507
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	107.865	94.733	117.726	96.125
Parcelamento de Impostos	23	8.182	11.215	8.850	12.130
ICMS diferido	8.m	-	-	15.803	15.655
Provisão para contingências	28	1.866	2.450	1.877	2.461
		422.958	351.840	453.460	384.396
Patrimônio líquido	24				
Capital social		345.155	220.009	345.155	220.009
Reserva legal		19.996	13.853	19.996	13.853
Reserva de retenção de lucros		93.364	127.127	93.364	127.127
Total do patrimônio líquido		458.515	360.989	458.515	360.989
Total do passivo e patrimônio líquido		1.075.217	898.750	1.139.470	960.086

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	25	404.036	366.328	609.946	481.895
Custos dos produtos vendidos		(250.497)	(241.837)	(405.503)	(339.217)
Lucro bruto		153.539	124.491	204.443	142.678
Receitas/(despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	26	(20.300)	(18.497)	(25.956)	(27.485)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas		(4.531)	1.403	15.419	8.551
Equivalência patrimonial	16	47.281	10.354	-	-
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		175.989	117.751	193.906	123.744
Receitas financeiras	27	38.267	42.017	40.507	53.180
Despesas financeiras	27	(55.184)	(67.242)	(61.354)	(82.352)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		159.072	92.526	173.059	94.572
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	15	(23.093)	(22.116)	(31.029)	(22.116)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	15	(13.132)	(4.940)	(19.183)	(6.985)
Lucro líquido do exercício		122.847	65.470	122.847	65.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	122.847	65.470	122.847	65.470
Resultado abrangente total	122.847	65.470	122.847	65.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2020	197.115	10.579	101.077	-	308.771
Aumento de capital com reservas	22.894	-	(22.894)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.470	65.470
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	3.274	-	(3.274)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.420)	(5.420)
Reversão de dividendos	-	-	4.607	-	4.607
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(12.439)	(12.439)
Reserva de retenção de lucros	-	-	44.337	(44.337)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	220.009	13.853	127.127	-	360.989
Aumento de capital com reservas	125.146	-	(125.146)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	122.847	122.847
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	6.143	-	(6.143)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(13.200)	-	(13.200)
Reversão de dividendos	-	-	11.220	-	11.220
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(23.341)	(23.341)
Reserva de retenção de lucros	-	-	93.363	(93.363)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	345.155	19.996	93.364	-	458.515

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	122.847	65.470	122.847	65.470
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	21.097	20.992	34.337	31.522
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	2.418	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.132	4.940	19.183	6.985
Resultado na venda de ativo imobilizado	824	510	924	584
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	554	-	554
Constituição de provisão para contingências	(585)	243	(585)	243
Ajuste a valor presente do contas a receber	521	630	1.088	735
Ajuste a valor presente de fornecedores	(15)	(6)	(26)	6
Realização do custo de transação	1.207	668	1.207	668
Instrumentos financeiros derivativos	14.047	(10.792)	14.047	(10.792)
Equivalência patrimonial	(47.281)	(10.354)	-	-
Juros e variação cambial s/empr.e financiamentos/debêntures	29.809	41.341	31.975	42.126
Variação em contas a receber de clientes	(15.773)	(63.035)	(71.277)	(81.136)
Variação em estoques	(16.473)	12.313	(19.918)	12.218
Variação em impostos a recuperar	(50.663)	694	(49.236)	(18.280)
Variação em despesas antecipadas	(696)	1.090	(390)	1.110
Variação em outros créditos	47	(429)	1.959	9.805
Variação em fornecedores	4.518	4.378	4.001	15.417
Variação em salários, férias e encargos a pagar	1.461	633	1.710	1.717
Variação em impostos e contribuições sociais a recolher	(3.738)	(3.021)	(2.931)	(2.342)
Variação em outras contas a pagar	(124)	(2.171)	(168)	(2.109)
Variação em parcelamentos e ICMS diferido	(3.033)	14.248	(3.132)	31.057
Pagamento de juros/variação camb. s/empréstimos e financiamentos	(18.376)	(24.137)	(20.607)	(24.813)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	52.753	54.759	67.426	80.745
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(79.503)	(10.639)	(100.335)	(85.484)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	-	(51.000)	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(79.503)	(61.639)	(100.335)	(85.484)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	-	49.982	-	69.982
Debêntures tomadas	150.000	100.000	150.000	100.000
Pagamento de debêntures	(44.400)	(22.500)	(44.400)	(22.500)
Pagamento de juros sobre debêntures	(21.719)	(7.209)	(21.719)	(7.209)
Custos de transação relacionado a empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.724)	(1.427)	(8.724)	(1.427)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(14.419)	(7.605)	(14.419)	(7.605)
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(31.374)	(57.373)	(37.196)	(57.373)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	29.364	53.868	23.542	73.868
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	2.614	46.988	(9.367)	69.129
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	75.603	28.615	102.247	33.118
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	78.217	75.603	92.880	102.247
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	2.614	46.988	(9.367)	69.129

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 029356/O-1

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'M' followed by a horizontal line.

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

1. Contexto operacional

A Vidroporto S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço da Companhia é na Rodovia Anhanguera, km 226,8, localizada, na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, a produção, industrialização, comércio, importação e exportação de embalagens de vidro em todas as suas modalidades, bem como matérias primas e componentes para essas finalidades e a prestação de serviços e assistência técnica no campo de tais atividades, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista.

Impactos COVID-19

Desde 2020, diante do avanço da pandemia do novo Coronavírus (“ Covid-19”), a Companhia sabendo da importância da prevenção e dos cuidados necessários, adotou diversas medidas que reforçam o compromisso e o comprometimento com a saúde de seus colaboradores e a segurança das suas operações. Diante disso, foi criado um comitê de contingência multidisciplinar composto por pessoas estratégicas com o objetivo de discutir possíveis pontos vulneráveis de transmissão do vírus; novos procedimentos de prevenção foram integrados à rotina das empresas do grupo, tais como: a intensificação da higienização dos locais de trabalho; disponibilização de álcool em gel em vários pontos, como em setores do administrativo, portaria, parque fabril e áreas de grande circulação de pessoas; mudanças de layout das mesas na área administrativa, assim como no refeitório bem como adequação nos horários das refeições para evitar aglomerações neste ambiente; suspensão de visitas externas, reuniões presenciais e qualquer tipo de eventos que possam ter aglomeração; foram intensificadas as vídeos conferências para atendimento de clientes, fornecedores e bancos; foi adotado trabalho remoto para alguns colaboradores do grupo de risco, além da divulgação constante através dos canais de comunicação interna para orientações de prevenção do contágio. Sabemos que as consequências do novo coronavírus e os efeitos na saúde da população pode causar um avanço da crise em todos os setores da economia e poderão contribuir com o aumento do risco de uma estagnação econômica, contudo, mesmo com todas as adversidades a Cia apresentou uma boa estabilidade financeira superando as suas expectativas que na sequencia poderá ser evidenciada nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. Para tanto, os administradores têm acompanhado de forma rigorosa e diariamente os principais indicadores de desempenho e vem tomando todas as medidas para que nesse difícil momento de instabilidade esses efeitos não afete o planejamento estratégico e financeiro da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

2. Entidades do grupo

Controladas diretas	País	Participação	
		2021	2020
Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	Brasil	100%	100%

Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.

A controlada tem sua sede e foro no município de Estância de Sergipe, na Rodovia BR 101, KM 142. A entidade tem como objeto social a fabricação de artigos de vidro destinado a quaisquer finalidades, inclusive como partes, peças e acessórios, embalagens de vidro em geral, fabricação de moldes em geral, o beneficiamento, a comercialização, a representação por conta própria ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros.

3. Base de consolidação

a. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2022. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 8.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

6. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Nota explicativa nº 15 - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social;

Nota explicativa nº 17 - Vida útil do ativo imobilizado; e

Nota explicativa nº 28 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
-

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros.

7. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

8. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Edificações	6 a 59	1,69 a 16,67
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 29	3,45 a 16,67
Móveis e utensílios	6 a 14	7,14 a 16,67
Veículos	6 a 14	7,14 a 16,67

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada são parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros investimentos, instrumentos financeiros derivativos e outros créditos.

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização. Quando necessário, a Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo) são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado;
- Custo amortizado: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e pagar e outras contas a pagar.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 24.

i. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo.

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. ICMS diferido

Foi constituído ICMS Diferido nas importações de bens de capital novos para ampliação da linha de produção da controlada Indústria Vidreira do Nordeste Ltda., amparado pela Lei nº 3.140 de 23 de Dezembro de 1991, combinada com a Resolução nº 148/2012 do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI, ambos dispositivos legais do Governo do Estado de Sergipe.

9. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

b) Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Contratos de seguros (IFRS 17);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	35	26	38	53
Saldo bancário	11.097	11.126	20.436	19.175
Aplicações financeiras de curto prazo	67.085	64.451	72.406	83.019
	<u>78.217</u>	<u>75.603</u>	<u>92.880</u>	<u>102.247</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas em bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 29.

11. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Duplicatas a receber	146.694	130.921	250.505	179.279
Menos:				
Ajuste a valor presente - AVP	(1.286)	(764)	(2.119)	(1.030)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.317)	(1.317)	(1.317)	(1.317)
Total	<u>144.091</u>	<u>128.840</u>	<u>247.069</u>	<u>176.932</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos a vencer	142.725	116.264	246.359	164.613
Créditos em atraso de 01 a 30 dias	256	8.118	259	8.121
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	-	6.124	-	6.124
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	-	-	69	2
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	-	37	75	37
Créditos em atraso acima de 181 dias	3.713	378	3.743	382
Total	146.694	130.921	250.505	179.279

As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas contas a receber de clientes em aberto provisionando prováveis perdas no saldo com percentual progressivo, baseado no prazo em que as contas a receber se encontram em aberto.

Movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
SalDOS da provisão em 1º de janeiro de 2021	1.317	1.317
Provisão durante o exercício	-	-
SalDOS da provisão em 31 de dezembro de 2021	1.317	1.317

Movimentação do ajuste a valor presente – AVP

	Controladora	Consolidado
SalDOS em 1º de janeiro de 2021	764	1.394
Ajuste durante o exercício	522	(630)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	1.286	764

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Produtos acabados	23.386	9.850	30.599	18.892
Matérias-primas	14.667	12.679	21.169	19.164
Combustíveis	200	159	333	295
Material de embalagem	1.241	1.442	3.011	2.062
Materiais de manutenção	6.621	5.549	12.753	8.677
Materiais auxiliares	5.386	5.275	9.225	8.163
Outros materiais – insumos	848	922	1.210	1.128
Total	52.349	35.876	78.300	58.381

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

13. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
COFINS	89	75	17.117	22.021
ICMS (a)	1.742	1.932	18.770	18.683
PIS	19	16	4.368	5.431
IRRF	-	-	31	14
Pis e Cofins (Exclusão Base ICMS) (b)	50.005	-	54.265	-
Outros	831	-	870	36
	<u>52.686</u>	<u>2.023</u>	<u>95.421</u>	<u>46.185</u>
Circulante	51.715	1.061	77.942	28.669
Não circulante	971	962	17.479	17.516

- (a) O valor correspondente ao ICMS consolidado é proveniente do diferimento nas aquisições de ativo imobilizado importados para ampliação de uma nova linha de produção no valor de R\$ 15.760 (R\$ 15.612 em 2020) na controlada.
- (b) O valor correspondente ao Pis e Cofins (Exclusão da Base do ICMS) refere-se a constituição do crédito, de acordo com a Tese de Repercussão geral (Tema 69), no julgamento do recurso extraordinário (RE) 574706 do período de março/2012 a junho/2021.

14. Instrumentos financeiros derivativos

Em maio de 2018 a Companhia fez a captação junto aos Bancos Bradesco, Brasil e Itaú de Instrumentos Financeiros Derivativos – Swap, em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para BRL em % do CDI).

Os termos e condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em 100% do CDI + Spread Bancário de cada instituição financeira.

A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um “descasamento contábil” que é contabilizada diretamente no resultado. A precificação das operações de Swap é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão baseadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

15. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo de impostos diferidos				
IRPJ e CSLL s/Prejuízo Fiscal	-	-	2.148	4.566
IRPJ e CSLL s/Provisão para contingências	456	655	456	655
IRPJ e CSLL s/AVP do contas a receber	437	260	720	350
IRPJ e CSLL s/Variação Cambial - regime competência	-	1.735	-	1.735
Ativo de impostos diferidos	893	2.650	3.324	7.306
Passivo de impostos diferidos				
IRPJ e CSLL s/Instr.Financeiros derivativos - SWAP	(1.582)	(6.358)	(1.582)	(6.358)
IRPJ e CSLL s/AVP de Fornecedores	(11)	(6)	(24)	(15)
IRPJ e CSLL s/Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(45.828)	(46.684)	(56.659)	(52.723)
IRPJ e CSLL s/Prov.Receita Recuperação Tributária Pis e Cofins	(17.002)	-	(18.450)	-
IRPJ e CSLL s/Ganho sobre compra vantajosa IVN	(44.335)	(44.335)	(44.335)	(44.335)
Passivo de impostos diferidos	(108.758)	(97.383)	(121.050)	(103.431)
Saldos líquidos	(107.865)	(94.733)	(117.726)	(96.125)

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

Controladora	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal	-	-	-
Provisão para contingências	655	(199)	456
Ajuste a valor presente do contas a receber	260	177	437
Ajuste a valor presente de fornecedores	(6)	(5)	(11)
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	(6.358)	4.776	(1.582)
Variação cambial - regime de competência	1.735	(1.735)	-
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(46.684)	856	(45.828)
Provisão Receita Recuperação Tributária Pis e Cofins	-	(17.002)	(17.002)
Ganho compra vantajosa - IVN	(44.335)	-	(44.335)
Impostos diferidos (líquido)	(94.733)	(13.132)	(107.865)
Efeitos no resultado	-	(13.132)	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

<u>Consolidado</u>	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Reconhecidos no resultado do exercício	Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal	4.566	-	(2.418)	2.148
Provisão para contingências	655	(199)	-	456
Ajuste a valor presente do contas a receber	350	370	-	720
Ajuste a valor presente de fornecedores	(15)	(9)	-	(24)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	(6.358)	4.776	-	(1.582)
Variação cambial - regime de competência	1.735	(1.735)	-	-
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(52.723)	(3.936)	-	(56.659)
Provisão Receita Recuperação Tributária Pis e Cofins	-	(18.450)	-	(18.450)
Ganho compra vantajosa - IVN	(44.335)	-	-	(44.335)
Impostos diferidos (líquido)	(96.125)	(19.183)	(2.418)	(117.726)
Efeitos no resultado	-	(19.183)	-	-

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	159.073	92.526	173.060	94.572
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	(13.200)	(5.420)	(13.200)	(5.420)
	145.873	87.106	159.860	89.152
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	49.597	29.616	54.352	30.312
Exclusões/Adições permanentes:	(25.813)	(6.896)	(22.509)	(7.592)
Outros	(691)	(604)	(814)	(604)
	23.093	22.116	31.029	22.116
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	23.093	22.116	31.029	22.116
Alíquota efetiva	16%	25%	19%	25%

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Eletrobras	203	203	203	203
IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	457.518	410.237	-	-
Total	457.721	410.440	203	203

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	2021	2020
Participação (%)	100%	100%
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2021	410.237	348.883
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	51.000
Equivalência patrimonial	47.281	10.354
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	<u>457.518</u>	<u>410.237</u>

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

17. Imobilizado

Controladora	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de reparo e conservação	Software	Adto a Fornecedores	Total
Custo:									
Saldos em 1º de janeiro de 2020	38.451	295.297	1.228	893	1.234	2.073	634	-	339.810
Adições	-	1.115	34	-	9.025	439	26	-	10.639
Alienações	-	(6.088)	(5)	-	-	-	-	-	(6.093)
Transferências	2.109	4.698	36	87	(6.254)	(676)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.560	295.022	1.293	980	4.005	1.836	660	-	344.356
Adições	-	656	52	392	3.691	2.960	68	71.684	79.503
Alienações	-	(1.192)	-	(360)	-	-	-	-	(1.552)
Transferências	652	6.105	-	1.521	(6.090)	(2.188)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.212	300.591	1.345	2.533	1.606	2.608	728	71.684	422.307
Depreciação:									
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(3.822)	(99.095)	(538)	(573)	-	-	(323)	-	(104.351)
Depreciação no exercício	(600)	(20.131)	(120)	(60)	-	-	(81)	-	(20.992)
Alienações	-	5.579	4	-	-	-	-	-	5.583
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(4.422)	(113.647)	(654)	(633)	-	-	(404)	-	(119.760)
Depreciação no exercício	(648)	(20.072)	(128)	(161)	-	-	(88)	-	(21.097)
Alienações	-	376	-	353	-	-	-	-	729
Transferências	-	(1.012)	-	1.012	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(5.070)	(134.355)	(782)	571	-	-	(492)	-	(140.128)
Valor líquido contábil:									
Em 31 de dezembro de 2020	36.138	181.375	639	347	4.005	1.836	256	-	224.596
Em 31 de dezembro de 2021	36.142	166.236	563	3.104	1.606	2.608	236	71.684	282.179

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Consolidado	Terrenos e Edificações	Máquinas e equipamentos instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de Reparo e Conservação	Software	Adto a Fornecedores	Total
Custo:									
Saldos em 1º de janeiro de 2020	153.495	456.699	2.745	993	3.449	2.073	1.073	-	620.527
Adições	8	1.176	41	-	83.355	878	26	-	85.484
Alienações	-	(6.088)	(5)	-	(82)	-	-	-	(6.175)
Transferências	9.731	73.614	84	87	(82.710)	(806)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	163.234	525.401	2.865	1.080	4.012	2.145	1.099	-	699.836
Adições	-	1.265	54	890	21.990	4.384	68	71.684	100.335
Alienações	-	(1.349)	-	(360)	-	-	-	-	(1.709)
Transferências	10.001	10.102	5	1.521	(18.272)	(3.366)	9	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	173.235	535.419	2.924	3.131	7.730	3.163	1.176	71.684	798.462
Depreciação:									
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(10.411)	(110.198)	(807)	(574)	-	-	(388)	-	(122.378)
Depreciação no exercício	(4.476)	(26.607)	(278)	(80)	-	-	(81)	-	(31.522)
Alienações	-	5.587	4	-	-	-	-	-	5.591
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(14.887)	(131.218)	(1.081)	(654)	-	-	(469)	-	(148.309)
Depreciação no exercício	(4.760)	(29.004)	(291)	(193)	-	-	(89)	-	(34.337)
Alienações	-	433	-	353	-	-	-	-	786
Transferências	-	(1.012)	-	1.012	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(19.647)	(160.801)	(1.372)	518	-	-	(558)	-	(181.860)
Valor líquido contábil:									
Em 31 de dezembro de 2020	148.347	394.183	1.784	426	4.012	2.145	630	-	551.527
Em 31 de dezembro de 2021	153.588	374.618	1.552	3.649	7.730	3.163	618	71.684	616.602

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

18. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados, que inclui honorários da diretoria e premiação por alcance de metas foi de R\$ 5.093 (R\$ 3.137 em 2020).

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica/odontológica, farmácia, educação, entre outros.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Alimentação do trabalhador	5.964	5.144	8.732	7.066
Auxílio transporte	-	-	1.288	1.111
Participação nos lucros	1.846	1.732	2.537	2.454
Assistência médica/odontológica	2.659	2.569	3.500	3.250
Seguro de vida em grupo	104	87	177	137
Total	<u>10.573</u>	<u>9.532</u>	<u>16.234</u>	<u>14.018</u>

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercado interno	22.810	18.577	38.680	27.779
Mercado externo	3.910	3.625	4.329	11.280
Ajuste a valor presente - AVP	(33)	(18)	(71)	(46)
Total	<u>26.687</u>	<u>22.184</u>	<u>42.938</u>	<u>39.013</u>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

20. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 29.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Controladora				Taxas		Saldo em 31/12/2020	Adições		Amortizações		Saldo em 31/12/2021	Prazos	
Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Base	Spread ao Ano		Valor liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros + Variação		Circulante	Não circulante
Banco Itau	2216177010	19/04/2022	4131	CDI-POS	2,18%	24.474	-	1.686	12.627	6.960	6.573	6.573	-
Banco Bradesco	1171802006	23/04/2021	4131	CDI-POS	2,18%	8.381	-	477	5.713	3.146	-	-	-
Banco do Brasil	178333632	05/02/2022	4131	CDI-POS	1,83%	26.885	-	243	12.807	6.484	7.836	7.836	-
Banco Safra	001061453	21/09/2021	CCB	CDI-		10.119	-	144	227	-	10.036	10.036	-
Banco Citibank	445149	24/09/2021	CCB	CDI-		15.170	-	1.061	-	825	15.046	15.046	-
Banco Citibank	445283	01/11/2021	CCB	CDI-		15.166	-	1.063	-	961	15.267	15.267	-
(-) Enc.financeiros						(343)	-	259	-	-	(84)	(84)	-
Total geral						99.852	-	4.933	31.374	18.376	55.035	55.035	-

Consolidado				Taxas		Saldo em 31/12/2020	Adições		Amortizações		Saldo em 31/12/2021	Prazos	
Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Base	Spread ao Ano		Valor liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros + Variação		Circulante	Não circulante
Banco Itau	2216177010	19/04/2022	4131	CDI-POS	2,18%	24.474	-	1.686	12.627	6.960	6.573	6.573	-
Banco Bradesco	1171802006	23/04/2021	4131	CDI-POS	2,18%	8.382	-	477	5.713	3.146	-	-	-
Banco do Brasil	178333632	05/02/2022	4131	CDI-POS	1,83%	26.885	-	243	12.807	6.484	7.837	7.837	-
Banco Safra	001061453	21/09/2021	CCB	CDI-		10.119	-	144	227	-	10.036	10.036	-
Banco Citibank	445149	24/09/2021	CCB	CDI-		15.170	-	1.061	-	825	15.406	15.406	-
Banco Citibank	445283	01/11/2021	CCB	CDI-		15.165	-	1.063	-	961	15.267	15.267	-
Bco Nordeste do Brasil	520207226958	15/05/2023	Capital Giro	IPCA	2,61%	9.050	-	983	2.619	1.017	6.397	4.527	1.870
Bco Nordeste do Brasil	520207226958	15/05/2023	Capital Giro	IPCA	10,69%	1.004	-	95	291	96	712	503	209
Bco Nordeste do Brasil	520207256974	15/06/2023	Capital Giro	IPCA	2,61%	9.050	-	993	2.620	1.022	6.401	4.529	1.872
Bco Nordeste do Brasil	520207256974	15/06/2023	Capital Giro	IPCA	10,69%	1.004	-	95	292	96	711	503	208
(-) Enc.financeiros						(343)	-	259	-	-	(84)	(84)	-
Total geral						119.960	-	7.099	37.196	20.607	69.256	65.097	4.159

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm os seguintes cronogramas de vencimento:

Ano de vencimento:	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2021	-	85.917	-	91.442
2022	55.035	13.935	65.097	23.935
2023	-	-	4.159	4.583
Total	55.035	99.852	69.256	119.960

Garantias

A seguir são demonstradas as garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos:

Modalidade	Garantia
Capital de giro	Aval de acionistas e duplicatas (30%)
Finame	Garantidos pelos equipamentos

Os valores acima captados em moeda estrangeira através das operações 4131, atrelado a contrato de Swap com indexador de CDI + Spread, tem como garantia as seguintes condições por entidade financeira:

- Banco Itaú S.A. – aplicação financeira de Uma PMT + Caução de 15% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe;
- Banco Bradesco S.A. – aplicação financeira de Uma PMT + Caução de 18% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe;
- Banco do Brasil S.A. – fluxo de recebíveis das vendas performadas relativas ao contrato de fornecimentos para a Ambev S.A. + Caução de 10% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe.

21. Debêntures a pagar

	2021	2020
Debêntures a pagar (passivo circulante)	69.757	41.400
(-) Custo de transação a incorrer	(3.382)	(726)
Total	66.375	40.674
Debêntures a pagar (passivo não circulante)	312.000	231.600
(-) Custo de transação a incorrer	(6.955)	(2.093)
Total	305.045	229.507
Total das Debentures a pagar	371.420	270.181

2ª Emissão de Debêntures:

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia efetuou a 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476.

Foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e BB-Banco de Investimento S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 54 (cinquenta e quatro) parcelas, a partir do 12º (décimo segundo) mês a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 1 de novembro de 2019 e a última na Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos no dia 1º (primeiro) de cada mês até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento em 1 de novembro de 2018.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada diariamente pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.B3.com.br>), acrescidos de um spread equivalente a 2,60% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$170.000 (cento e setenta milhões de reais) foram utilizados para aquisição de planta pré-operacional da Indústria Vidreira do Nordeste Ltda. ("IVN") e o saldo remanescente para reforço de caixa da Companhia.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na Escritura de Emissão de Debêntures que estão sendo devidamente seguidas.

Em 18 de fevereiro de 2019 foi realizado o Primeiro Aditamento da Escritura de 2ª Emissão de Debêntures, com o único fim de formalizar o cumprimento da convolação das debêntures da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória para da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, passando referido instrumento a denominar-se: "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição".

Nesta 2ª Emissão de Debêntures foram dadas as seguintes garantias:

- 1 - Alienação Fiduciária de todas as quotas de Emissão da IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.;
- 2 - Alienação Fiduciária da totalidade dos imóveis industriais de propriedade da Vidroporto S.A.;
- 3 - Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Vidroporto sobre as vendas oriundas do Contrato de Fornecimento de garrafas de vidro celebrado entre a Companhia e HNK BR Indústria de Bebidas Ltda.;
- 4 - Aval do acionista Quatroefe;

- Após o início da atividade da IVN, uma vez cumpridas as condições presentes do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures acima citado, ou seja, atingimento do faturamento anual de R\$ 100.000 (cem milhões de reais) e faturamento mensal para a HNK, a alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Vidroporto poderá ser substituída pela alienação fiduciária do imóvel industrial de propriedade da IVN.

Adicionalmente poderá substituir a Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da Vidroporto pela Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da IVN sobre as vendas para a HNK.

Em 04 de março de 2020 foi realizado o Segundo Aditamento da Escritura de 2ª Emissão de Debêntures, com o único fim de alterar a redação dos itens que passam a vigorar conforme a seguir:

“Garantias Reais

Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (a) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos do “Contrato de Fornecimento de Garrafas de Vidro” celebrado entre a Companhia e a HNK BR Indústria de Bebidas Ltda., HNK BR Bebidas Ltda., Cervejarias Kaiser Brasil S.A.; Cervejaria Baden Baden Ltda, Indústria de Bebidas Igarassu Ltda. e Cervejaria Sudbrack Ltda. (quando em conjunto, “Grupo Heineken”) em 27 de abril de 2018 (“Contrato Fornecimento HNK” e “Direitos Creditórios Companhia”); (b) todos os direitos de crédito, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos contra o Banco Administrador, decorrentes de conta vinculada de titularidade da Companhia, não movimentável por esta, mantida no Banco Administrador onde deverão necessariamente ser depositados e transitar a integralidade dos Direitos Creditórios Companhia (“Conta Vinculada Companhia”); e (c) a Conta Vinculada Companhia (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”), constituída nos termos do “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças”, celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o banco administrador (“Banco Administrador”) em 9 de outubro de 2018 (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”), observado que esta Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia poderá ser substituída nos termos da Cláusula 4.9.1.4 abaixo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da IVN sobre (a) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos do “Contrato de Fornecimento de Garrafas de Vidro” celebrado entre a IVN e o Grupo Heineken, em 1 de dezembro de 2018, (“Contrato Fornecimento HNK e IVN” e “Direitos Creditórios IVN”); (b) todos os direitos de crédito, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos contra o Banco Administrador, decorrentes de conta vinculada de titularidade da Sociedade, não movimentável por esta, mantida no Banco Administrador onde deverão necessariamente ser depositados e transitar a integralidade dos Direitos Creditórios IVN (“Conta Vinculada IVN”); e (c) a Conta Vinculada IVN (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN” e, quando em conjunto com Alienação Fiduciária de Quotas IVN, Alienação Fiduciária de Imóvel da Companhia e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia, “Garantias Reais”, e quando em conjunto com Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas IVN, Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel da Companhia e Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia, “Instrumentos de Garantia”), constituída, de forma compartilhada, conforme cláusula 4.9.1.1.1 abaixo, nos termos do “Contrato Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças”, celebrado entre a IVN, o Agente Fiduciário, o Banco do Brasil S.A. e a Companhia (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN”).”

Inclusa a Cláusula na Escritura de Emissão:

“A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN é compartilhada com os titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Emissora (“3ª Emissão”, “Debêntures da 3ª Emissão” e “Debenturistas da 3ª Emissão”, respectivamente), conforme aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 4 de março de 2020 (“AGD da 2ª Emissão”), respeitando-se a proporção e demais condições de compartilhamento previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN”. ”

Alteração da redação da Cláusula da Escritura de Emissão, que passa a vigorar conforme a seguir:

“Adicionalmente à substituição da Alienação Fiduciária de Imóvel da Companhia, quando verificado que o fluxo de recebimento do Contrato Fornecimento HNK e IVN, é equivalente a, no mínimo, R\$ 8.700 (oito milhões e setecentos mil reais) por mês, considerando a média simples dos últimos 12 (doze) meses (“Condição para Liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”), a Emissora terá a faculdade de solicitar a liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia (“Liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”). ”

3ª Emissão de Debêntures

Em 04 de março de 2020, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora (“Emissão” ou “3ª Emissão”) será objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta”), e será realizada com observância dos seguintes requisitos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 100.000 (cem milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A e BB-Banco de Investimento S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 48 (quarenta e oito) parcelas, a partir do 19º (décimo nono) mês a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 1 de outubro de 2021 e a última na Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos no dia 1º (primeiro) de cada mês até a Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado, sendo o primeiro pagamento em 1 de abril de 2020 (cada uma, uma data de “data de pagamento dos juros remuneratórios”).

As Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) correspondente à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.B3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a partir da Data da Primeira Integralização ou da última data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), conforme o caso, até a data de Pagamento da Remuneração.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$100.000 (cem milhões de reais) foram utilizados para investimento na ampliação da capacidade produtiva de sua subsidiária Indústria Vidreira do Nordeste Ltda (“IVN”), mediante a realização de aporte de capital e reforço de capital de giro da emissora.

4ª Emissão de Debêntures

Em 13 de julho de 2021, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória, em série única, da Emissora (“Emissão”) será objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), e será realizada com observância dos seguintes requisitos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Foram emitidas 600.000 (seiscentos mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 61 (sessenta e uma) parcelas mensais e consecutivas, devidas sempre no dia 1º (primeiro) de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 1 de julho de 2023 e o último na Data de Vencimento das Debêntures.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, sempre no dia 1º (primeiro) de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 1 de setembro de 2021 e, o último pagamento, na Data de Vencimento (sendo cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

As Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) correspondente à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 3,20% (três inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado ou na data de um eventual Resgate Antecipado Obrigatório Total ou Resgate Antecipado Facultativo Total (exclusive), o que ocorrer primeiro.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais) serão prioritariamente destinados ao projeto de expansão da capacidade produtiva da Emissora, por meio da construção e instalação de um novo forno industrial para a produção de embalagens de vidro no estabelecimento industrial da Emissora localizado na Cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo (“Forno Industrial”) e investimentos para a operacionalização do Forno Industrial.

A liberação dos recursos foi realizada em duas etapas, a primeira liberada em julho de 2021 no valor de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) e a segunda prevista para fevereiro de 2022 no valor de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões).

Vencimento antecipado automático

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atende a todas as suas cláusulas contratuais restritivas, inclusive o item i. conforme segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Para os fins de cálculo do Covenant Financeiro, a ser verificado anualmente, será o índice Dívida Líquida/EBITDA, calculado com base no EBITDA consolidado dos últimos 12 meses, conforme tabela abaixo, sendo certo que a primeira verificação foi realizada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Ano 2021	Divída Líquida/ EBTIDA Menor ou igual a 2,50	
	Nota	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		122.847
(+) Resultado financeiro	27	20.847
(+) Depreciação	17	34.337
(+) Imposto de renda e contribuição social	15	50.212
Ebitda		228.243
Empréstimos e financiamentos	20 e	69.256
Debêntures a pagar	21	371.420
(-) Caixa equivalente caixa	10	(92.880)
(-) Derivativos	29	(4.654)
Endividamento líquido		343.142
Dívida Líquida/EBTIDA		1,50

22. Impostos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
COFINS	1.011	1.887	1.011	1.888
CSSL	-	869	-	869
ICMS	3.091	3.719	3.227	3.845
INSS	15	2	41	5
IPI	5.554	5.475	8.978	8.200
IRPJ	-	1.916	33	1.916
IRRF	331	182	408	240
ISS	38	16	68	41
PIS	217	406	217	406
Outros	538	61	569	73
	10.795	14.533	14.552	17.483

23. Parcelamento de Impostos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Parcelamento de ICMS	1.639	2.119	1.639	2.119
Parcelamento de IPI	9.576	12.129	10.483	13.283
	11.215	14.248	12.122	15.402

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante	3.033	3.033	3.272	3.272
Não Circulante	8.182	11.215	8.850	12.130

Parcelamento de ICMS – competência Março/2020 no valor original total de R\$ 2.306 (dois milhões, trezentos e seis mil reais) realizado em 60 parcelas com vencimento final em 31 de maio de 2025, atualizado em 2% de multa + 2,0% de juros, mais acréscimos financeiros mensais de 1% + taxa Selic;

Parcelamento de IPI – competências Março, Abril e Maio/2020 totalizando valor original de R\$ 10.489 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais) realizado em 60 parcelas com vencimento final em 30/09/2025, atualizado em 1,7% juros + 20% multa, mais acréscimos financeiros mensais de 1% + taxa Selic;

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 345.155 (R\$ 220.009 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 164.875.209 ações ordinárias (idêntico em 2020), todas nominativas, sem valor nominal, não conversíveis para qualquer outra forma.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada segundo a proposta dos órgãos da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações contábeis conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 08.

Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	122.847	65.470
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(6.142)	(3.274)
(=) Lucro líquido ajustado	116.705	62.197
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	20%	20%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	23.341	12.439

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta fiscal	519.434	490.676	780.877	644.275
Menos:				
Impostos sobre vendas	(113.345)	(121.047)	(168.006)	(153.430)
Devoluções e abatimentos	(2.053)	(3.301)	(2.925)	(8.950)
Total	404.036	366.328	609.946	481.895

26. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	12.690	9.205	15.660	11.481
Benefícios sociais	2.911	2.885	4.060	6.798
Serviços de terceiros	1.949	2.312	2.298	2.687
Consumo de materiais	805	950	1.307	2.378
Energia elétrica	168	130	263	179
Despesas tributárias	740	997	752	997
Despesas com comunicações	122	107	174	151
Viagens e representações	136	244	291	714
Depreciação e amortização	272	230	537	495
Outras despesas	507	1.437	614	1.605
Total	20.300	18.497	25.956	27.485

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

27. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Receitas sobre aplicações financeiras	20.634	20.782	21.055	21.296
Ganhos com derivativos - Swap	-	10.792	-	10.792
Ajuste a valor presente de fornecedores	15	(6)	26	6
Variação cambial positiva	7.512	10.255	8.970	20.485
Receitas s/atualiz.Recuperação Tributária	9.414	-	9.631	-
Outros	692	194	825	601
	<u>38.267</u>	<u>42.017</u>	<u>40.507</u>	<u>53.180</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(28.664)	(20.388)	(31.452)	(22.758)
Perdas com derivativos - Swap	(14.047)	-	(14.047)	-
Variação cambial negativa	(12.113)	(44.255)	(13.786)	(54.285)
Descontos concedidos	(122)	(5)	(1.463)	(1.969)
Despesas bancárias	(137)	(198)	(366)	(721)
Despesas com cobrança	(10)	(12)	(14)	(15)
Juros/multa de mora	(91)	(2.384)	(226)	(2.604)
	<u>(55.184)</u>	<u>(67.242)</u>	<u>(61.354)</u>	<u>(82.352)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(16.917)</u>	<u>(25.225)</u>	<u>(20.847)</u>	<u>(29.172)</u>

28. Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) à opinião dos assessores jurídicos da Companhia, à natureza dos processos e à experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis	1.078	1.078	1.089	1.078
Trabalhistas	788	1.372	788	1.383
Total	<u>1.866</u>	<u>2.450</u>	<u>1.877</u>	<u>2.461</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 225 em 2021 (idêntico em 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

29. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2021	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	4.654	4.654
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	78.217	92.880
Contas a receber de clientes	144.091	247.069
Outros créditos	1.972	2.953
Total	<u>228.934</u>	<u>347.556</u>
	Controladora	Consolidado
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	27.079	43.918
Empréstimos e financiamentos	55.035	69.256
Debêntures a pagar	371.420	371.420
Total	<u>453.534</u>	<u>484.594</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2020	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	18.700	18.700
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	75.603	102.247
Contas a receber de clientes	128.840	176.932
Outros créditos	2.019	4.912
Total	225.162	302.791
	Controladora	Consolidado
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	(22.700)	(40.161)
Empréstimos e financiamentos	(99.852)	(119.960)
Debêntures a pagar	(270.181)	(270.181)
Total	(392.733)	(430.302)

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar possuem o valor justo que se aproximam do valor contábil. Os contratos de swap são atualizados ao seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco operacional;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes aos endividamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na Assembleia de acionistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo Conselho de Administração e Diretoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia não exige garantias com relação à Contas a receber e outros recebíveis como é a prática de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa e saldos bancários	10	11.132	11.152	20.474	19.228
Aplicações financeiras	10	67.085	64.451	72.406	83.019
Contas a receber de clientes	11	144.091	128.840	247.069	176.932
Total		222.308	204.443	339.949	279.179

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e sua controlada utilizam o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Controladora

Em 31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	26.687	26.687	-	-
Empréstimos e financiamentos	55.035	55.035	-	-
Debêntures a pagar	371.420	66.375	172.973	132.072
Outras contas a pagar	392	392	-	-

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2021	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	42.938	42.938	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.256	65.097	4.159	-
Debêntures a pagar	371.420	66.375	172.973	132.072
Outras contas a pagar	980	980	-	-

Controladora

Em 31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	22.184	22.184	-	-
Empréstimos e financiamentos	99.852	85.917	13.935	-
Debêntures a pagar	270.181	40.674	136.248	93.259
Outras contas a pagar	516	516	-	-

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	39.013	39.013	-	-
Empréstimos e financiamentos	119.960	91.442	23.935	4.583
Debêntures a pagar	270.181	40.674	136.248	93.259
Outras contas a pagar	1.148	1.148	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

(iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras	10	67.085	67.451	72.406	83.019
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures a pagar	20 e 21	(426.455)	(370.033)	(440.676)	(390.141)
Déficit apurado		<u>(359.370)</u>	<u>(305.582)</u>	<u>(368.270)</u>	<u>(307.122)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

Desta forma o quadro a seguir demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

	Cenário I		Cenário II				Cenário III			
			Incremento		Deterioração		Incremento		Deterioração	
	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo
Empréstimos e Financiamentos										
Capital de Giro (CDI)	12,00%	55.035	15,00%	8.255	9,00%	4.953	18,00%	9.906	6,00%	3.302
Debêntures	12,00%	371.420	15,00%	<u>55.713</u>	9,00%	<u>33.428</u>	18,00%	<u>66.856</u>	6,00%	<u>22.285</u>
Efeito Líquido				63.968		38.381		76.762		25.587

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

(iv) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como hedge para tais fins.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total do passivo	616.702	537.761	680.955	599.098
Caixa e equivalentes de caixa	(78.217)	(75.603)	(92.880)	(102.247)
Dívida líquida (A)	538.485	462.158	588.075	496.851
Total do patrimônio líquido (B)	458.515	360.989	458.515	360.989
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	1,17	1,28	1,28	1,38

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à captação de empréstimos em moeda estrangeira. Com o objetivo de mitigar este risco, a Companhia adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos empréstimos em moeda estrangeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os acionistas aprovaram a contratação de contrato de swap, com o mesmo prazo de duração dos contratos de empréstimos com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

30. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e sua controlada, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 79.503 (R\$ 10.639 em 2020), sendo que R\$ 71.684 (setenta e um milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil reais) são referente a adiantamento a fornecedores, e o valor R\$ 549 (R\$ 2.205 em 2020) encontram-se em aberto na rubrica de fornecedores, não afetando o caixa da Companhia.

31. Compromissos

A Companhia possui compromissos de compra de máquinas e equipamentos de terceiros, por meio de importação, com a finalidade da construção de uma nova planta industrial, para ampliação de sua capacidade produtiva. Os contratos firmados no montante de 43.920 (quarenta e três milhões, novecentos e vinte mil euros) atualizado pela cotação da moeda em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 6,3210, totalizando a quantia de R\$ 277.617 (duzentos e setenta e sete milhões, seiscentos e dezessete mil reais), com adiantamento a fornecedores internacionais já realizados no montante de R\$ 71.684 (setenta e um milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil reais), o saldo remanescente possui uma expectativa de pagamento para 2022 e 2023 de acordo com o cronograma firmados em contratos.

32. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e sua controlada são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e sua controlada diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

33. Eventos subsequentes

Conforme Nota Explicativa nº 22, com referencia a 4ª emissão das debêntures emitidas em julho de 2021 e que foram liberadas em duas etapas. A parcela remanescente no valor de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) foi liberada em fevereiro de 2022.